

DENÚNCIA! DENÚNCIA! DENÚNCIA!

DEZEMBRO DE 2025 - GESTÃO 2025-2028 - EDIÇÃO
ESPECIAL AUTARQUIZAÇÃO



02/12

HOJE É DIA DE PARALISAÇÃO

ABUSO DE PODER E CONFLITO DE INTERESSES NA AUTARQUIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE DA UNICAMP: A TEIA FASCAMP

O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, em nome da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e da qualidade do serviço público de saúde, vem a público denunciar o flagrante e inaceitável conflito de interesses e a promiscuidade de relações entre a cúpula do Grupo de Trabalho (GT) da Autarquiização da Área da Saúde da Unicamp e a Fundação da Área da Saúde de Campinas (Fascamp), uma **ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO**.

O processo de autarquiização, está sendo conduzido por indivíduos com ligações diretas e profundas com uma Organização Social (OS) que opera com a lógica de precarização do trabalho e apropriação de recursos públicos.

AS CONEXÕES PERIGOSAS ENTRE O GT E A FASCAMP

É inaceitável que o GT ligado à Diretoria Executiva da Área da Saúde (DEAS), responsável por moldar o futuro da gestão da saúde na Unicamp, seja permeado por figuras-chave da Fascamp:

PROF. DR. LUIZ CARLOS ZEFERINO: presidente do GT de Autarquiização e membro do Conselho de Curadores da Fascamp.

PROF. DR. CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY: membro do GT de Autarquiização e presidente do Conselho de Curadores da Fascamp.

PROF. DR. ERICH VINICIUS DE PAULA: membro do GT de Autarquiização e presidente do Conselho Fiscal da Fascamp.

Estes membros detêm poder de decisão tanto na elaboração do modelo de autarquiização quanto na entidade privada que é uma potencial beneficiária desse novo modelo.

REDE ESTRATÉGICA DE INTERESSES PRIVADOS

A teia de conexões se estende para além do GT, alcançando o alto escalão da universidade e instituições parceiras, reforçando a suspeita de que a Autarquiização está sendo desenhada para favorecer interesses privados.

CRISTIANE ROBERTA GRIZOTTI TREVINE: assistente técnica da DEAS/Unicamp (braço direito do Prof. Zeferino) e membro do Conselho Fiscal da Fascamp.

PROF. DR. JOÃO RENATO BENNINI JUNIOR: superintendente do Hospital da Mulher (Caism) e membro do Conselho Fiscal da Fascamp.



FRANCISCO VICENTE ROSSI: membro do Conselho Curador da Fascamp e diretor da Faculdade de Direito da PUCCAMP.

A participação de indivíduos com posições estratégicas na universidade e na Fascamp, simultaneamente, configura um evidente conflito de interesses, minando a credibilidade e a imparcialidade do processo de autarquiização.

O CUSTO DA PRECARIZAÇÃO: SALÁRIOS E DIREITOS

A Fascamp, com seus convênios públicos (Hospital Regional de Piracicaba, AME Amparo e Instituto de Otorrinolaringologia - IOU), já demonstra a lógica que se pretende impor: a precarização dos direitos e salários dos trabalhadores da saúde.

O objetivo dessa articulação é claro: transferir os recursos que hoje sustentam os salários e os direitos dos trabalhadores concursados para as mãos de poucos por meio de contratos de gestão com Organizações Sociais. A autarquiização, sob esta condição, torna-se um mero veículo para a privatização disfarçada e o desmonte dos direitos duramente conquistados.

Diante da gravidade da situação, não permitiremos que a saúde pública e o trabalho digno sejam sacrificados em nome de interesses particulares. A luta é em defesa do serviço público de qualidade e contra os abusos de poder que visam precarizar a vida dos trabalhadores.

AUTARQUIZAÇÃO: PROJETO MACABRO DE DESTRUIÇÃO DA AUTONOMIA DA UNICAMP

A Coordenação de Carreira do STU analisou ponto a ponto da Minuta do Projeto de Lei referente à Autarquização da Área da Saúde da Unicamp. O quadro a seguir conta com as contribuições analíticas do advogado Carlos Maldonado, consultor do sindicato para assuntos de Carreira.

1. Controle político centralizado no Governador

A autonomia da autarquia é apenas declaratória, pois o controle efetivo fica com o governador do estado. O presidente da autarquia e os membros do conselho deliberativo são indicados e nomeados pelo governador, ouvido o secretário de Saúde, inclusive os representantes eleitos pela comunidade (como servidores e membros das congregações), que podem ter suas indicações rejeitadas.

2. Risco de privatização e mercantilização

A autarquia poderá celebrar convênios e contratos com instituições públicas e privadas, abrindo caminho para a privatização de serviços. O conselho deliberativo terá competência para aprovar tabelas de preços para venda de serviços (como consultorias, locação de patrimônio, cursos de extensão), configurando uma lógica de “porta dupla” que prioriza a geração de receita em detrimento do atendimento universal pelo SUS.

3. Desvinculação da Universidade e perda do caráter de Hospital-Escola

A autarquia será vinculada hierarquicamente à Secretaria de Estado da Saúde, e não à Unicamp. As únicas relações remanescentes são a localização no campus e a presença de alguns docentes no conselho. A autarquia terá em suas atribuições pesquisa e extensão, mas não ensino, descaracterizando o conceito de hospital universitário como laboratório essencial para a formação de alunos de medicina, enfermagem, etc. Ela não será obrigada a ser campo de estágio exclusivo da Unicamp, podendo abrir para outras instituições.

4. Redução drástica do quadro de pessoal e precarização

Haverá uma redução de aproximadamente 40% no quadro de pessoal ao longo do tempo (estimativa de 20 a 30 anos), substituindo servidores estatutários (Paepe/Unicamp) por empregados CLT com salários menores, regidos pelas leis estaduais de carreira (que pagam menos). São previstos 316 (trezentos e dezesseis) Cargos em Comissão e 50 (cinquenta) Funções de Confiança, (livre provimento), criando um amplo espaço para apadrinhamento político ou (cabide eleitoral), sem garantia de que sejam ocupados por servidores da universidade ou da área de saúde.

5. Falta de garantias para os trabalhadores atuais

Os servidores da Unicamp lotados na área da saúde serão “afastados” (e não “cedidos”) para a autarquia, em um regime que não garante seu retorno à universidade. A transição para os novos cargos CLT ocorrerá conforme esses afastamentos forem “cessados” (por aposentadoria, morte ou possível dispensa), sem segurança de recontração.

Os trabalhadores terceirizados (por exemplo, via Funcamp) não estão contemplados na transição e poderão ser simplesmente demitidos, pois a autarquia só poderá contratar através da Fundação escolhida pelo conselho gestor e não da Funcamp.

6. Risco orçamentário e de “calote” para a Unicamp

A minuta inclui uma cláusula de chantagem: se a Unicamp não cumprir o cronograma de expansão de 1.100 vagas de graduação (contrapartida pelo repasse da área de saúde), será responsável por arcar com os custos de manutenção da autarquia, podendo comprometer seriamente seu orçamento. Isso significa que podemos ter períodos de super despesas e falta de recursos para, inclusive, cumprir o pagamento de salários. Isso é muito sério!!!

7. Patrimônio da Unicamp em risco

A autarquia terá autonomia para vender ou alugar o patrimônio imobiliário e de equipamentos transferido pela Unicamp, colocando em risco bens públicos que levaram décadas para serem adquiridos (como por exemplo: mamógrafos, R-X, Ressonância Magnética, Equipamentos de diálise, etc). Um verdadeiro desmonte de um patrimônio que foi conquistado com sacrifícios.

8. Falta de plano de contingência e estudos sólidos

O projeto é criticado por não apresentar um plano B ou estudos robustos sobre o impacto financeiro, operacional e na qualidade do ensino e da assistência. A justificativa parece ser mais política (atender a uma demanda do governo estadual) do que técnica. Parece, no mínimo, descabido pois acreditar que, um governador privatista e que odeia a educação e a universidade, irá realmente cumprir com suas promessas de repasse de recursos para a Unicamp depois que a autarquia for criada.

9. Fragmentação e perda de unidade

A criação da autarquia fragmenta a comunidade universitária, criando um “corpo estranho” dentro do campus, com regras, carreiras e gestão totalmente separadas, o que pode prejudicar a integração ensino-pesquisa-extensão.

10. Impacto na mobilização dos trabalhadores

A redução gradual do quadro de servidores estatutários, que são a base do sindicato, pode enfraquecer significativamente a representação dos trabalhadores no longo prazo.

Conclusão: Os argumentos apontam que a autarquização representa um processo de desmonte do hospital universitário público e gratuito, com riscos de privatização, precarização do trabalho, perda de qualidade na formação acadêmica e subordinação a interesses políticos externos à universidade.

O PACOTE DE MALDADES CONTRA O TRABALHADOR DA ÁREA DE SAÚDE QUE SERÁ AFASTADO COMPULSORIAMENTE PARA A NOVA AUTARQUIA

O Artigo 2º da seção Disposições Transitórias, da Minuta do Projeto de Lei da Autarquização da Área da Saúde da Unicamp determina que “O servidor que, na data da publicação desta lei complementar, estiver prestando serviços na Área de Saúde, em atividades assistenciais, de apoio ou administrativas, será considerado afastado junto ao HC-Unicamp, autarquia a que se refere o Artigo 1º desta lei complementar, sem prejuízo dos salários e demais vantagens, mantidos todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato de trabalho ou do vínculo estatutário”.

Apesar de ser previsto que não terá nenhum prejuízo, torna-se necessário ressaltar que o afastamento é **INVOLUNTÁRIO, AUTOMÁTICO E COMPULSÓRIO**, pois os servidores não terão a chance de escolher querer ou não trabalhar na nova autarquia.

TRABALHADORES DA FCM TAMBÉM SOFRERÃO OS IMPACTOS DA AUTARQUIZAÇÃO



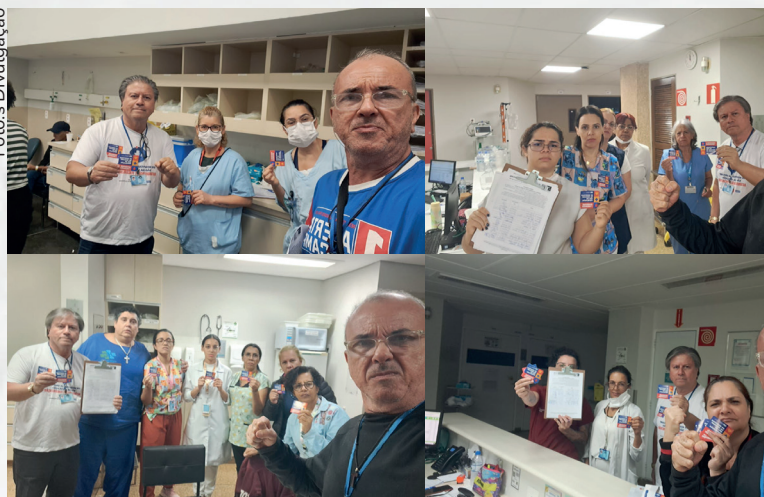
Foto: Divulgação

A direção da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp cancelou, por duas vezes, a reunião com os trabalhadores e trabalhadoras da Unidade, que tinha por objetivo o esclarecimento de dúvidas sobre a Autarquização da Área da Saúde. Embora não esteja no pacote da Autarquização enquanto Unidade de Ensino e Pesquisa, a FCM conta hoje com uma série de profissionais médicos, laboratoriais e técnico administrativos, contratados por concurso público ou via Funcamp, atuando tanto na faculdade quanto nas demais áreas assistenciais. Hoje, esses profissionais estão no escuro sobre seus direitos e deveres, caso a nova autarquia seja aprovada. Segundo a análise do STU, em especial os trabalhadores da Funcamp, que atualmente recebem do convênio SUS, correm sério risco de demissão em massa, nos mesmos moldes do que ocorrerá com os trabalhadores dessa Fundação que atuam no Hospital de Clínicas e outras áreas assistenciais incluídas no projeto. É hora de pressionar a FCM para respostas efetivas sobre o futuro de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Além disso, o Estatuto do servidor Esunicamp também prevê que o afastamento pode deixar o servidor sem direito à licença-prêmio em casos de “afastamento”. Ademais, todos os benefícios conquistados com a luta dos trabalhadores (VA, VR, auxílio saúde), ficam comprometidos caso a autarquia, com a autonomia que lhe será dada, resolva não sustentar esse conjunto de benefícios ao longo do tempo de implantação.

Finalmente, estarão comprometidos também as participações dos trabalhadores nas Comissões internas, grupos de trabalho, CIPA, etc., pois serão servidores afastados para a autarquia, não participando mais das dinâmicas acadêmicas e das representações por pares. Lembrando também que alguns acordos já praticados internamente entre servidor e chefia, como saídas para estudos (caso do funcionário estudante), podem não existir mais.

Fotos: Divulgação



“AH, OS TRABALHADORES NÃO ESTÃO MOBILIZADOS”. SERÁ MESMO?



AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

02/12

DIA DE PARALISAÇÃO

6h30 - Distribuição de boletim nos fretados e nas unidades

8h30 - Reuniões de Unidades

10h - Plenária dos trabalhadores da Área de Saúde no estacionamento entre HC e Caism

13h - Concentração na frente do Consu

15h - Consu com pauta única: Autarquização da Área de Saúde

SEÇÃO PARA RIR E CHORAR

Qualquer semelhança com a realidade
NÃO É MERA coincidência

“ESSE HOMEM QUER UMA ESTÁTUA DELE, NÃO É POSSÍVEL!”

(Um membro do Consu sobre o Diretor Executivo da Área da Saúde da Unicamp e o seu projeto de Autarquização da Área da Saúde Unicamp)

Servidores da Unicamp, de forma voluntária, organizaram um abaixo-assinado virtual contra a autarquização. Participe!



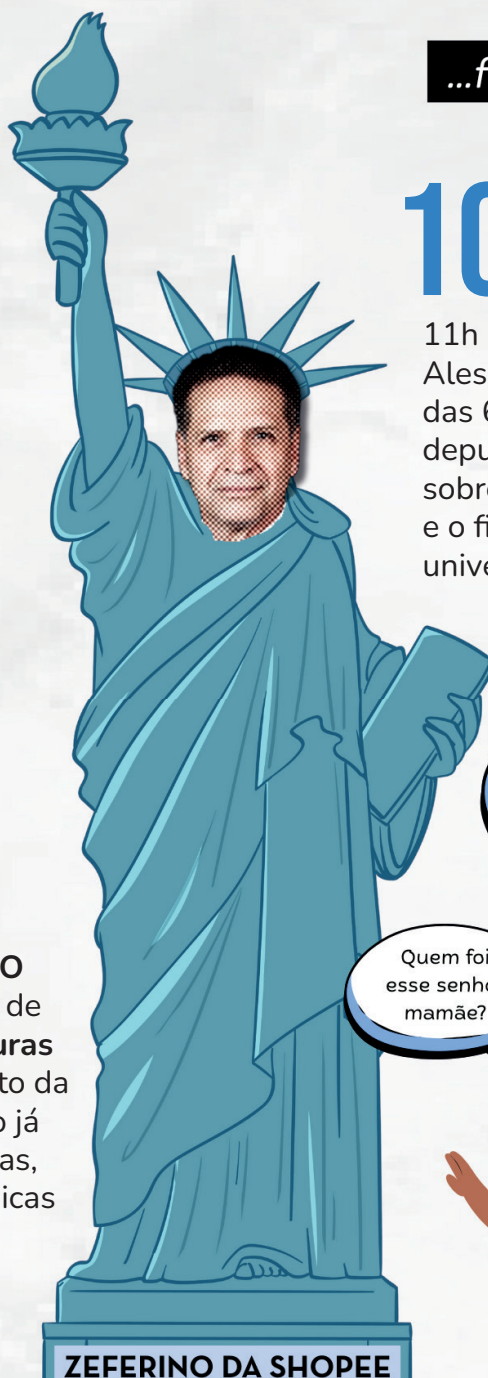
MOBILIZAÇÃO
Ao todo, mais de **4 mil assinaturas** contra o projeto de Autarquização já foram coletadas, entre listas físicas e virtuais.

03/12

7h30 - Café da manhã no STU com os inscritos para a Audiência Pública na Alesp

8h - Embarque no ônibus para a Alesp (na frente do STU)

11h - Audiência Pública na Alesp sobre a Autarquização da Área da Saúde da Unicamp



...foram tempos difíceis!

10/12

11h - Audiência Pública na Alesp organizada pelo Forum das 6 em conjunto com o deputado Guilherme Cortez sobre a Reforma tributária e o financiamento das universidades

Ele foi responsável por destruir a Área da Saúde da Unicamp. Muita gente tinha medo dele e abaixava a cabeça para tudo o que ele dizia.

O reitor era conivente e tinha medo dele também, dizem...

Quem foi esse senhor mamãe?

Mas, até o reitor tinha medo dele?

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP - STU